

Maciel: Projeto do Presidente pode não ser ideal, mas ainda é o melhor

RECIFE — “O projeto do Presidente pode não ser o ideal, mas é certamente o melhor. Tanto que até agora não apareceu alguma outra proposta que tenha conseguido empolgar o País.” A declaração é do Ministro da Educação, Marco Maciel, ao comentar as críticas à emenda da Constituinte, particularmente à forma e à natureza da convocação.

Para Maciel, a emenda ‘Sarney expressa a média do sentimento nacional, porque não há outro processo para se convocar uma Constituinte sem que tenha havido ruptura da ordem jurídico-política. Segundo o Ministro, não há lugar para a tese da Constituinte exclusiva e não existem meios legais para investir o atual Congresso de poderes constituintes.

Maciel considera natural a polémica, mas não tem dúvida de que, no final, prevalecerá o espírito da proposta do Presidente, sem prejuízo de algumas emendas que o Congresso julgar conveniente acaatar.

O Ministro da Desburocratização, Paulo Lustosa, acha que o fundamental é que a sociedade se engaje na discussão, para que da Consti-

tuinte não saia uma peça definida a partir de alguns sábios, mas do consenso da sociedade.

O Ministro do Interior, Costa Couto, considera normal que a Constituinte exerça as funções ordinárias do Congresso concomitante às funções de Constituinte.

Para o Ministro da Administração, Aluizio Alves, é um irrealismo imaginar, no mesmo ano, duas eleições, uma para a Constituinte e outra para o Congresso ordinário, por causa do custo.

— As duas melhores Constituições brasileiras, a de 34 e a de 46, foram feitas por representantes tanto da Constituinte como do Congresso ordinário — lembrou.

● Os Governadores do Nordeste apóiam integralmente os termos da emenda Sarney, que atribui poderes constituintes ao futuro Congresso, por não verem forma melhor para convocar a Constituinte sem ruptura da ordem estabelecida.

Para o Governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, a tese da Constituinte exclusiva é teoricamente defensável, porque daria mais legitimidade aos delegados, eleitos especificamente para elaborar a nova Constituição. Mas, segundo ele, diante do quadro político-jurídico do País, “a solução do Planalto é a melhor”.